

Sindsep/MA participa de seminário sobre Administração Pública e Diretrizes para os Planos de Carreira

A Direção do Sindsep/MA participou hoje, 01, do Seminário Administração Pública e Diretrizes para os Planos de Carreira, organizado pela Condsef/Fenadsef.

A atividade que foi realizada de forma híbrida, teve a participação de diretores da Confederação e Federação, além das direções de todos os sindicatos filiados às entidades.

O seminário objetivou a apresentação do relatório do Grupo

de Trabalho instalado no XI Encontro Jurídico da Condsef.

A Direção do Sindsep/MA elogiou a iniciativa da Condsef/Fenadsef afirmando que o processo de debate é importante para o fortalecimento do movimento sindical. Ainda segundo a Direção do Sindsep/MA, essas ações são importantes para o amadurecimento de políticas que tenham como foco o funcionalismo público federal.



Lira ganha apoio de 23 frentes parlamentares para reforma administrativa

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ganhou apoio de 23 frentes parlamentares em sua campanha pela votação da reforma administrativa. Em almoço na sede da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FPC), os deputados e senadores entregaram a Lira um manifesto em favor da reforma.

Desde que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, propôs resolver o problema do déficit fiscal com a tributação dos super-ricos, Lira vem defendendo a discussão em plenário da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma Administrativa, já aprovada na comissão especial que tratou do assunto.

A PEC, apresentada pelo governo Jair Bolsonaro, encontra resistência entre os governistas. Por isso, mesmo com o manifesto de hoje, Lira acredita que não seja possível iniciar a discussão.

"Regimentalmente, a PEC está pronta (para ir) para o plenário. O que falta é apoio. É ter certeza de votos, é ter certeza de texto. É a gente desmistificar as versões", comentou Lira após a reunião.

Ele argumenta que a proposta não retira direitos dos atuais servidores e busca modernizar a estrutura da administração pública, para reduzir gastos. "As contas públicas são pontos específicos do arcabouço. Então, a

gente tem que cuidar", disse Lira.

O presidente da FPC, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) destacou que as frentes resolveram criar o manifesto para dar visibilidade à proposta de Lira, que não vinha tendo apoio explícito. "A Reforma Administrativa é uma necessidade do país, em busca da modernidade. Não é contra governo, deveria ser antes da Reforma Tributária, mas queremos uma reforma que vise o cidadão, o pagador de impostos. Não queremos tirar direitos de ninguém, até porque essa mudança seria para os próximos servidores", disse.

Fonte: Correio Braziliense

Senado recorre de decisão do STF que limitou piso na enfermagem

O Senado recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão que restringiu o pagamento do piso nacional da enfermagem. Em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) protocolada nessa quinta-feira (31), a Advocacia do Senado alega que a decisão tem “contrações, omissões e obscuridades” e pede a aplicação “plena e imediata” da Lei nº 14.434/2022, que instituiu o piso salarial nacional da categoria.

Na ação, o Senado argumenta que a decisão do STF “caracteriza verdadeira atividade legislativa por parte do Poder Judiciário, em substituição a todo o processo legislativo”, o que configuraria “violação do princípio da separação dos poderes”.

Nas redes sociais, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a iniciativa busca implementar o piso “nos moldes do que foi decidido pelo Congresso Nacional”.

A decisão do Supremo sobre o piso da enfermagem, entre outras mudanças, condicionou o pagamento aos profissionais do setor público nos estados e municípios à “assistência financeira complementar” prestada pela União.

Outra mudança condicionou o pagamento do piso aos profissionais do setor privado a aprovação do valor em acordo coletivo. Além disso, o Supremo determinou que o piso deve ser pago aos profissionais com carga horária semanal de 44 horas, reduzindo o valor salarial para aqueles com carga inferior a má-

xima permitida pela legislação.

Sem maioria

O Senado alega que o voto complementar apresentado pelo ministro Gilmar Mendes que, entre outras mudanças, fixou o piso a uma carga horária de 44 horas semanais, não formou maioria de votos na Corte.

“Não houve a formação de maioria em relação à tese jurídica consolidada como vencedora, porque a decisão levou em consideração somente os votos de 4 ministros: Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e André Mendonça”, justifica a ADI.

Assistência financeira

Sobre a necessidade de a União arcar com todos os custos extras do piso nacional, a Advocacia do Senado alega, entre outros motivos, que “definir fontes de receita para o custeio da saúde é tam-

bém competência legislativa dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e não somente da União”.

Carga horária

O Senado argumenta ainda que a lei não fixou o pagamento do piso a uma jornada de 44 horas, tendo sido observado, na verdade, “que há um predomínio da jornada de 40 horas semanais para o setor público e uma variação mais recorrente entre 30 horas, 36 horas e 40 horas semanais, ou 12/36 horas, no setor privado”.

“A decisão deste Supremo Tribunal Federal, de vincular o piso salarial nacional a 44 horas semanais, também contribui para reduzir a eficácia social da lei aprovada”, diz a Advocacia do Senado.

Veja mais: [Acordo coletivo e piso nacional em cut.org.br](https://www.cut.org.br).

AVISO

Informamos aos nossos filiados, associados e a sociedade em geral, que em virtude dos feriados de Independência e aniversário de São Luís, as atividades laborais estarão **SUSPENSAS** nos dias 07 e 08 de setembro na cidade de São Luís, retornando as atividades normais no dia 11/09/2023 (segunda-feira).

Nas Secretarias Regionais a suspensão se dará apenas dia 07, com suas atividades normais no dia 08/09/2023 (sexta-feira).

A Direção